

» Entrevista | **RATINHO JUNIOR** | GOVERNADOR DO PARANÁ (PSD)

Apesar de ser um político jovem, vem sendo apontado como um dos nomes mais fortes do campo da direita para a disputa da cadeira presidencial, em 2026. Para favorecê-lo nessa tarefa, o bom desempenho do partido ao qual pertence no pleito municipal

“Minha capacidade me põe no jogo”

» DENISE ROTHENBURG
» ROSANA HESSEL
» RENATO SOUZA

Aos 43 anos de idade e já com uma larga carreira política, Carlos Roberto Massa Júnior, governador do Paraná, pretende dar um voo mais alto: a Presidência da República em 2026. A confirmação foi dada na entrevista que concedeu, ontem, ao CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Apesar de afirmar que o ex-presidente Jair Bolsonaro ainda é o principal nome da direita para a corrida — embora esteja inegável para concorrer à próxima disputa pelo Palácio do Planalto —, Ratinho Junior considera que sua experiência como ex-deputado federal, ex-secretário de estado e governador reeleito seja suficiente para credenciá-lo ao mais alto cargo do país. Um dos trunfos para lançar-se à concorrência é o fato de que o Paraná está com as contas no azul e com dinheiro em caixa para fazer investimentos. Sobre a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, Ratinho Junior defende que o projeto de anistia aos extremistas condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser discutido — entende que tratou-se de crime de vandalismo e não terrorismo ou de tentativa de romper o Estado Democrático de Direito. A seguir, os principais pontos da entrevista.

O senhor pretende concorrer à Presidência da República em 2026?

Todo estado tem sua importância, mas o Paraná é a quarta maior economia (do país), o maior produtor de alimentos por metro quadrado. O Paraná tem a maior obra portuária acontecendo, com R\$ 600 milhões do governo do estado em parceria com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). É natural que o partido discuta e possa até colocar nosso nome como protagonista. O PSD tem o tamanho que tomou muito fruto da visão do presidente Gilberto Kassab. Poucos têm um faro aguçado como ele. O PSD tem a missão de discutir o país e de ser uma referência para apontar o caminho. Agora, se será o meu nome, terá de ser discutido internamente.

O senhor se sente preparado?

Veja meu histórico. Tenho formação acadêmica, pós-graduação, fui duas vezes deputado

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



estadual, duas vezes deputado federal, secretário de estado, líder de bancada, duas vezes governador, eleito e reeleito no primeiro turno com a maior votação da história do meu estado. Acredito que minha capacidade de gestão me põe no tabuleiro.

Tem outros governadores no jogo para a disputa presidencial presidente. Mas o ex-presidente Jair Bolsonaro ainda tenta uma anistia. O senhor acredita que ele consegue?

Ele é um grande nome hoje deste nicho eleitoral. Acredito que deveria ser liberado para ser candidato. Não é possível que alguém seja punido por ter reunião com embaixadores. É o grande nome, não tenha dúvida.

O PSD foi o grande vencedor na eleição municipal, em outubro. Que recado os eleitores deram?

Acho que mais do que a discussão ideológica, o PSD tem colocado método de trabalho, de gestão. De fazer mais com menos, de enxugar a máquina pública, mas sem perder o viés social. Muitas vezes, tinha a dicotomia de que a direita não falava com a área social e a esquerda falava mais. O Paraná, possivelmente, é o estado que mais enxugou a máquina pública. Temos mostrado que é possível ter justiça social com um modelo

Veja meu histórico. Tenho formação acadêmica, pós-graduação, fui duas vezes deputado estadual, duas vezes deputado federal, secretário de estado, líder de bancada, duas vezes governador, eleito e reeleito no primeiro turno com a maior votação da história do meu estado. Minha capacidade de gestão que me põe no tabuleiro”

de governo que entende que enxugar a máquina é importante, que é mais liberal na pauta econômica. E a população tem recebido.

O senhor avalia que podem surgir novos outsiders, como Pablo Marçal, e deixar governadores em segundo plano na corrida presidencial?

É possível. A internet é livre e nem todo mundo sabe usá-la. Tem gente que faz *Big Brother* na área pública. Em um primeiro momento, as pessoas gostam da polêmica e isso gera até negócios. Mas quando vai para o campo do projeto, do preparo, a população para e começa a analisar a solução dos problemas. Aconteceu isso em Curitiba, em Goiânia.

Há pouco espaço, então, para alguém como Pablo Marçal...

Não estou limitando o espaço dele. Isso vai muito pela

capacidade de ele de mostrar que, além de ser uma pessoa que tem muita capacidade de audiência na internet, consegue transformar isso em solução.

O crescimento do estado tem a ver com a mudança que o senhor faz na educação?

Sim. Quando você tem uma boa educação tem investimento. Uma área que está crescendo muito é a de programação. O Brasil deve ter umas 600 mil vagas para programadores. Criamos o maior programa de programação nas escolas do Brasil. Temos meio milhão de alunos fazendo programação. Está no currículo escolar, assim como educação financeira. Temos oratória, gerenciamento do seu próprio dinheiro, entre outros conteúdos. A população brasileira não aprendeu a lidar com dinheiro, nem na escola. Temos mais de 300 mil alunos aprendendo robótica.

Quando se fecha esses pilares, se cria uma mão de obra muito boa.

Isso está atraindo empresas para o estado?

Estamos no maior período histórico de população adulta com carteira assinada — 82% da população adulta trabalham com carteira assinada. Isso acontece porque está chegando muito investimento. Estamos somando R\$ 280 bilhões de investimentos da iniciativa privada em cinco anos.

O Paraná tem 91% de presença na escola. Como o senhor conseguiu chegar a este patamar?

O Paraná era sétimo lugar em 2019. Fizemos uma reestruturação na educação. Não inventamos nada. Começamos a olhar para países que conseguiram por meio da educação. A Coreia do Sul era o país mais miserável na década de 1960. Hoje é referência, deu um salto de qualidade de vida e virou uma potência na área de tecnologia e startups. Tinha que levar os jovens e as crianças para dentro da escola. Como era um país muito pobre, introduziu uma boa alimentação e conseguiu levar as pessoas para a escola. No Paraná, a criança comia carne uma vez por semana. Hoje, come proteína animal todo dia. Carne de boi, de frango, de porco, de peixe. Fizemos uma melhoria nutricional. A criança

chega na escola e se alimenta. No recreio, se alimenta de novo e, antes de ir para casa, se alimenta novamente. À tarde, é a mesma coisa. Atrelado a uma nova metodologia, como matemática gamificada, trazemos ferramentas. O jovem está conectado e faz parte da tecnologia.

E sobre proibir o celular nas escolas?

Acho que é válido o debate — até água demais faz mal. Se conseguir, mesmo com a proibição, implantar ferramentas que possam auxiliar o professor, é válido.

O senhor é a favor ou contra?

Sou a favor [da proibição]. Acho que tem excesso. Mas não quer dizer que seja contra ferramentas tecnológicas. Aí a direção da escola tem que ver onde a tecnologia pode auxiliar o ensino.

O senhor falou das empresas se instalando no Paraná. No cenário nacional, fala-se em cortes no Orçamento. No Paraná terá de cortar algo?

Não, pois fizemos o dever de casa desde o primeiro dia de mandato. Reduzi secretarias, cargos em comissão, autarquias, diretorias. Vai a partir daí criando uma escada, fazendo essa diminuição da máquina como um todo. Quem não cuida das contas não tem como cuidar do pobre. Só muda a escala, mas a regra é básica. Ninguém consegue ter qualidade de vida endividado — vai começar a ter problema conjugal, os filhos vão ficar irritados. Tivemos todo esse cuidado e, hoje, o Paraná é o segundo [estado] que mais cresce na atividade econômica. Somos A+, ou seja, saúde fiscal e financeira para fazer investimentos.

Em relação à anistia dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. O projeto estava em pauta na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), foi retirado, mas o PL pressiona para que seja recolocado. O senhor acha que deve ter anistia, levando em conta, também, o atentado na semana passada contra o Supremo Tribunal Federal?

Acho que a discussão é importante. O Congresso tem que colocar esse assunto em pauta. Tivemos no Paraná não só uma vez, mas duas vezes, acontecimentos muito parecidos com o 8 de janeiro. E lá, lamentavelmente, não foram punidos. Vandalismo tem de ser punido. Alguns tratam como terrorismo, golpe. Trato como vandalismo irresponsável e tem de ser punido.

JUDICIÁRIO

Gilmar: país estaria pior sem o inquérito das fake news

» WANILSON OLIVEIRA

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, afirmou ontem que o Brasil “estaria pior” se o STF não tivesse instaurado, em 2019, o inquérito das fake news. A declaração foi na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), onde os ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino foram homenageados com o título de cidadãos mato-grossenses, na sessão especial que marcou os 35 anos da constituição estadual.

Gilmar destacou a importância do inquérito no combate à desinformação e aos ataques contra as instituições democráticas. Ele lembrou o surgimento do chamado “gabinete do ódio” — que, segundo ele, “ganhou proporções perigosas e se materializou contra juízes, contra o próprio Supremo Tribunal”. E lembrou que o ministro Dias Toffoli assumiu o ônus de instaurar o

inquérito e designar Moraes para ser o relator.

“É muito fácil ser engenheiro de obra pronta, mas certamente o Brasil seria outro e pior não fosse essa instauração e a atuação do ministro Alexandre (de Moraes) à frente do inquérito”, frisou.

O decano também ressaltou o trabalho de Moraes nas eleições de 2022, ao enfrentar a desinformação e as tentativas de contestação do sistema eletrônico de votação. “O intuito era perturbar o processo eleitoral. Isso foi evitado graças à ação do Alexandre”, afirmou.

Ainda sobre a disseminação de mentiras e desinformações, Gilmar salientou que “a resposta da Justiça se fez cumprir” quando o STF não se curvou ao magnata Elon Musk, dono do X (antigo Twitter). A plataforma deslembrou decisões judiciais de terminando o bloqueio de contas de bolsonaristas que publicavam “fake news” e discursos de ódio.

J.L. Siqueira/ALMT



Atentado

Em relação ao ataque a bomba contra o STF, no dia 13 passado, Gilmar admitiu que há uma vulnerabilidade nos esquemas e sistemas de segurança. E lamentou que alguns protocolos de proteção são adotados e, logo depois, dispensados.

“Infelizmente, ou felizmente,

não temos uma cultura rigorosa de segurança. Adotamos determinadas práticas e, depois, as dispensamos. Não é um problema brasileiro; é um problema mundial e precisamos ser reflexivos para que até o campo político volte à normalidade”, observou.

Por sua vez, Flávio Dino ressaltou que atentados como o da semana passada contribuem

para a destruição de uma cultura de paz na sociedade. “É um ciclo amplo e há uma vinculação entre uma coisa e outra. Essa violência na política e nas redes se reflete, também, na quebra de uma cultura da paz, porque se rompem os laços interpessoais de fraternidade que são necessários para que nós tenhamos uma sociedade sem violência”, observou.

É muito fácil ser engenheiro de obra pronta, mas certamente o Brasil seria outro e pior não fosse essa instauração (do inquérito das fake news) e a atuação do ministro Alexandre (de Moraes) à frente”

Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal

Já Alexandre de Moraes voltou a defender a regulamentação das redes sociais, único caminho para mudanças e melhorias nas plataformas. “Temos que educar as pessoas, principalmente as novas gerações, para perceberem que as redes sociais não são terra sem lei. O que não pode ser feito na vida real, não pode ser feito na virtual”, enfatizou.